

OS PROCESSOS DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CARUARU PE

THE SELECTION PROCESSES OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN CARUARU PE

LOS PROCESOS DE SELECCIÓN DE LOS PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA EN LA RED MUNICIPAL DE ENSEÑANZA EN CARUARU PE

Bruna de Andrade Santos

Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

Evelainny Silvestre Silva

Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

Fernando de Barros e Silva Junior

Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

RESUMO

O Processo de seleção dos professores de Educação Física na rede municipal de ensino em Caruaru-PE. Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar os editais dos concursos de 2006 e 2009, compreendendo os processos de seleção, as publicações dos editais até a convocação dos respectivos. Inicialmente apresentamos conteúdos, pontuação de provas de título, acerca do ingresso na esfera pública dos professores de Educação Física. Mediante as análises, identificamos por meio de editais e documentos oficiais, que algumas lacunas foram encontradas nas suas elaborações. Por fim abordou a modulação do perfil do profissional em Educação Física perante os editais, discutindo a importância do professor efetivo de Educação Física na educação básica.

Palavras chave: Educação Física. Escola. Formação. Professores. Seleção.

ABSTRACT

The Process of selection of the teachers of Physical Education in the municipal network of education in Caruaru-PE. This work was developed with the objective of analyzing the calls for tenders of 2006 and 2009, including the selection processes, the publications of the calls for tenders and the call of the respective ones. Initially we present contents, punctuation of title tests, about the entrance in the public sphere of Physical Education teachers. Through the analyzes, we identified through official documents and official documents that some of the gaps were found in his elaborations. Finally, he addressed the modulation of the profile of the professional in Physical Education before the edicts, discussing the importance of the effective Physical Education teacher in basic education

Key words: Physical Education. School. Formation. Teachers. Selection.

RESUMEN

El proceso de selección de los profesores de Educación Física en la red municipal de enseñanza en Caruaru-PE. Este trabajo fue desarrollado con el objetivo de analizar los edictos de los concursos de 2006 y 2009, comprendiendo los procesos de selección, las publicaciones de los editales hasta la convocatoria de los respectivos. Inicialmente presentamos contenidos, puntuación de pruebas de título, acerca del ingreso en la esfera pública de los profesores de Educación Física. Por medio de los análisis, identificamos por medio de edictos y documentos oficiales, que algunas lagunas fueron encontradas en sus elaboraciones. Por fin abordó la modulación del perfil del profesional en Educación Física ante los editales, discutiendo la importancia del profesor efectivo de Educación Física en la educación básica .

Palabras clave: Educación Física. Escuela. Entrenamiento. Profesores. La selección.

Introdução

Foi tomado como objeto de estudo os Professores de Educação Física na rede municipal de Caruaru PE. Ressalta-se a importância deste estudo perante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, uma vez que se entende por educação básica: a educação infantil, o ensino fundamental e o médio. A mesma no art. 11 do §V, nos diz que a esfera municipal é responsável, prioritariamente, pela educação infantil e ensino fundamental (BRASIL, 1996). Contudo, a importância da sua organização é compreendida e dividida nas três esferas públicas e nos três níveis da educação básica.

Estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (BRASIL, 1996, s/n).

Problematizou-se neste estudo, como acontece o processo de seleção dos professores de Educação Física na rede municipal de ensino em Caruaru-PE, perante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo em vista que a Educação Física é componente curricular obrigatório da educação básica e o ingresso na esfera pública é obrigatório através de concurso, como apregoa a Constituição Federal de 1988. Sabendo que a Educação Física é importante para o desenvolvimento físico/motor, cognitivo e afetivo (BRASIL, 1988, s/n).

O estudo teve como objetivo analisar os editais dos concursos para professores de Educação Física da rede municipal de ensino no município de Caruaru-PE, compreendendo os processos de seleção, as publicações dos editais até a convocação dos respectivos. Comparando-os, para conhecer as exigências em relação às atribuições de cargo, os conteúdos de conhecimentos adquiridos e a pontuação das provas de título. A fim de reconhecer a importância da efetivação do professor de Educação Física na educação básica.

Inicialmente apresentou-se conteúdos acerca do ingresso na esfera pública dos professores de Educação Física, em seguida abordamos a modulação do perfil do profissional em Educação Física perante os editais, por fim discutimos a importância do professor efetivo de Educação Física na educação básica.

O trabalho desenvolvido seguiu os princípios dos estudos exploratórios com pesquisa documental permitindo a comparação dos editais dos anos de 2006 e 2009 dos concursos da prefeitura de Caruaru-PE. Seguiu-se uma abordagem qualitativa, por ser mais apropriada para o tema da pesquisa, tendo em vista que se trata de legislações, documentos da educação local e nacional, e livros referentes ao contexto pesquisado, não dando ênfase a quantidade e sim aos dados obtidos em relação ao nível de educação que os professores atuam.

Para realização da presente pesquisa, foram levadas em conta as etapas do concurso, comparando os editais com as respectivas categorias analisadas: Pontos dos concursos (conteúdos), atribuições de cargo e pontuação das provas de título, buscando examinar a equivalência e as diferenças. O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e as similaridades entre eles. “Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo” (GIL, 2008, p. 16-17).

Justifica-se essa temática mediante a sua originalidade e a procura pela estabilização profissional, considerando a crescente procura pela possibilidade de estabilidade e a acessão na carreira, mediante a situação econômica social e educacional vigente no nosso país. Dessa forma, é possível detectar que os resultados encontrados nesse estudo, sejam relevantes para subsidiar discussões sobre a inserção e efetivação dos professores na educação básica.

Resultados

O edital de um concurso busca esclarecer todas as etapas do processo seletivo, assim como as competências necessárias para a sua realização. Diante disso, foi feito aqui um paralelo entre os editais dos concursos para professores de Educação Física da rede municipal de ensino do município de Caruaru-PE de 2006 e 2009.

Em primeiro plano foram analisados os conteúdos das provas escritas com questões objetivas e de caráter eliminatório e classificatório que foram aplicadas para todos os candidatos. Verificou-se que há uma divergência nos enunciados quando se constata que apenas o edital de 2009 apresenta conteúdos programados para a realização do exame.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Educação Física e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica. Educação Física como componente curricular na Educação Básica: Função social. Objetivos. Características. Conteúdos. Educação Física e suas Abordagens Metodológicas: intenção, fundamentos, objetos de estudo. O processo de ensino-aprendizagem em Educação Física: a relação professor/aluno, situações didáticas, avaliação formativa. Esporte Escolar: A técnica. A tática. A regra. A competição. (CARUARU, 2009, p.15).

O edital de 2006 traz apenas o número de questões cobradas em cada disciplina, são elas: 10 de Língua Portuguesa, 10 conhecimentos pedagógicos e 20 específicos, nas quais as informações diferem do edital de 2009, que apresenta: 15 questões de língua portuguesa e 25 de conhecimentos específicos que já abrange os pedagógicos.

Seguindo a análise, as imagens contemplam a pontuação da prova de título, onde ambos os editais apresentam as mesmas pontuações atribuídas por título, sendo essas, não cumulativas.

Imagem 1 - **Titulações e pontuação da prova de título de 2006**

TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO
1. Curso de Especialização, legalmente reconhecido, com no mínimo 360h.	10
2. Curso de pós-graduação stricto-sensu, em nível de Mestrado.	15
3. Curso de pós-graduação stricto-sensu na área de Educação, em nível de Doutorado.	20

Fonte: Caruaru/PMC N°002/2006

Imagem 2 - **Titulação e pontuação da prova de título de 2009**

TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO
1. Curso de Especialização, legalmente reconhecido, com no mínimo 360h.	10
2. Curso de pós-graduação stricto-sensu, em nível de Mestrado.	15
3. Curso de pós-graduação stricto-sensu na área de Educação, em nível de Doutorado.	20

Fonte: CARUARU/IPAD/2009

Entende-se que as informações mediante a titulação da prova de título e sua pontuação foram iguais, mesmo com espaçamento de três anos de um para o outro. Mediante ao exposto mostra-se que a formação continuada dos professores em nível de pós-graduação (lato-sensu e stricto-sensu) é essencial, não só para o conhecimento pedagógico como também a questão da meritocracia através da pontuação do título.

Outro ponto analisado foi às atribuições necessárias para a execução do cargo, constando apenas nos documentos publicados em 2009, mesmo que de forma geral para todos os cargos de professores do 6º ao 9º ano, que seriam as atividades realizadas pelos profissionais divididas em onze seguimentos.

Descrição das atribuições gerais: I – observar o que está previsto no art. 13 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; II – planejar e ministrar aulas em disciplinas do currículo do 6.º ao 9.º ano do Ensino Fundamental; III – participar da elaboração e seleção de material didático utilizado em sala de aula; IV – analisar dados referentes à recuperação, aprovação, reprovação, frequência, infrequência e evasão de alunos; V – participar da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da Escola; VI – participar da elaboração e avaliação de Planos de Curso; VII – produzir textos pedagógicos; VIII – articular e/ou executar atividades interescolares; IX – participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação; X – participar na eleição do Conselho Escolar; XI – identificar, planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, desenvolver, avaliar e lecionar os conteúdos do componente curricular/disciplina Educação Física, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, nas atividades de natureza técnico-pedagógicas, objetivando a formação do cidadão. (CARUARU, 2009, p.17).

O valor dessas definições para o ocupante, mesmo que de forma geral, servem para nortear o professor e suas obrigações dentro e fora da escola de forma organizada deixando claras as atribuições, responsabilidades deveres e competências, e fixando os seus princípios. Ou seja, estas ficam elencadas tanto no processo pedagógico quanto no administrativo. Fortalecendo a ideia de formação continuada e dentro de um contexto de conhecimentos transdisciplinares. Consolidando o ingresso e permanência da carreira pública docente.

O ingresso na esfera pública dos professores de Educação Física

Pensar e concluir o sonho de seguir uma carreira pública deve nutrir uma satisfação com esta conquista, principalmente pelo fato que o Brasil passa hoje uma desvalorização da profissão de professor. Assim sendo, o profissional de Educação Física, ao adentrar no serviço público, deverá conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) aprovada em 17 de dezembro de 1996, no parágrafo 3º do artigo 26, reconhecia a Educação Física como componente curricular, mas que a facultava no turno noturno de ensino

(BRASIL, 1996). Em 2003, foi criada outra lei específica para a Educação Física que é a lei 10.793 de 1º de dezembro de 2003, em vigor atualmente, que diz:

Art. 26 – [...] § 3o – A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO) VI – que tenha prole. (BRASIL, 2003, s/n).

Percebe-se uma alteração no parágrafo 3º do artigo 26 da LDBEN, incluindo apenas o termo “obrigatório” no texto original de 1996, diminuindo a possibilidade de qualquer dúvida de que a Educação Física pode não ser um componente curricular obrigatório da educação básica. Desta forma constitui a educação básica, a partir da Lei nº 10.793, de 1º.12.2003, incluindo esses fatores antepostas em legítimos e efetivos para a Educação Física escolar, atendendo a LDBEN de 1996. Com isso a prática docente vigora diante da grande relevância que a Educação Física enfatiza, e é intensificada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) que têm como função principal subsidiar a elaboração ou a versão curricular dos estados e municípios, interagindo com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica na escola e a elaboração de projetos educativos, servindo também como material de reflexão para a prática de professores (DARIDO et al, 2017).

O ingresso do professor na esfera pública deve acontecer através do concurso público, favorecendo a contratação do docente melhor qualificado para desempenho das missões estabelecidas pela escola. Como o processo seletivo requer conhecimentos mínimos para que haja aprovação e posterior nomeação, apenas os candidatos que demonstrarem maior domínio sobre o conteúdo exigido poderão ocupar as vagas disponíveis. Melhorando com isso, o serviço prestado pela escola.

O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da **Constituição Federal** (grifo nosso). (MEIRELLES, 2014, p.505).

Para compreender a vigência em cargos ou empregos públicos é relevante enfatizar a lei que considera legal essa atuação em qualquer esfera:

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, 1988, s/n).

O inciso II do art. 37 da constituição federal de 1988 citado acima vem para dar o suporte e entender a legislação que trata estas questões em quaisquer cargos; assim partindo para a esfera estudada de como é legitimada a atuação dos professores de Educação Física.

Compreende-se assim, a importância do concurso público para o ingresso do professor na esfera pública, por meio de editais claros e coesos, que não prejudiquem o processo seletivo e garantam o cumprimento da lei em todas as etapas do mesmo.

A modulação do perfil do profissional em Educação Física perante os editais

Essa concepção de formação do professor de títulos e méritos é historicamente contemplada desde a criação dos cursos normais onde os mesmos eram propícios à formação dos professores. Porém nos dias atuais o que se percebe é a exigência de uma formação continuada tanto em nível de extensão, aperfeiçoamento, e pós-graduação a nível lato-sensu e stricto-sensu. Esta concepção de professor com cunho de pesquisador que é o que os editais pedem em nível de meritocracia com pontuações diversificadas para os níveis de pós-graduação, são oriundas da reforma curricular das escolas secundárias modernas, onde o currículo ultrapassa os conhecimentos cognitivos do professor e é alicerçado em resultados fixados que subjete-se que o mesmo tenha mais conhecimento. (PEREIRA, 2003).

Evidencia-se através dos dois editais, a intenção em inserir os professores na contra mão do contexto popular, encontrando-se na prática uma realidade distante no que se refere à efetivação desse processo, talvez pela falta de discussões mais específicas, formações especializadas ou simplesmente pela falta de delimitação da área de atuação e regulamentação profissional.

Para Freire (1996, p.43) “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o de reflexão sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Assim, produzir e socializar o conhecimento através de um processo seletivo é parte da formação deste pretendente do ingresso da carreira pública. Porém sem reconhecê-lo como é sua prática no dia a dia, pois poucos são os concursos para professor da educação básica em rede pública que solicitam prova didática. Partindo desse pressuposto é que essa pesquisa se apoiará em Freire (1996) que defende a prática pedagógica do professor como pilar do processo de formação, e consequentemente da formação continuada, que pode ser entendida como uma pós-graduação.

Sabe-se que o processo de formação profissional vem sofrendo alterações com o avanço científico, o que eleva a concorrência para a entrada no mercado de trabalho onde o mesmo encontra-se em constante mudança e evolução. Neste cenário de mudanças, aliada às diversidades existentes no ambiente escolar é importante compreender a atuação dos professores de Educação Física nos seus diferentes níveis de ensino e a sua forma de ingresso.

A importância do professor efetivo de Educação Física na educação básica

A esfera pública tem a necessidade de oferecer um serviço extremamente eficiente e eficaz, pois, lida diretamente com o interesse da sociedade onde ele está inserido, voltado para atender as necessidades das pessoas que pagam por ele, através de seus impostos. No Brasil o setor público oferece um grande número de oportunidades, por meio de concursos públicos, visando uma seleção transparente entre os candidatos, onde os mais qualificados ocuparão o quadro de vagas.

O concurso público é um procedimento conduzido por autoridade específica, especializada e imparcial, subordinado a um ato administrativo prévio, norteado pelos princípios da objetividade, da isonomia, da impessoalidade, da legalidade, da publicidade e do controle público, destinado a selecionar os indivíduos mais capacitados para serem providos em cargos públicos de provimento efetivo ou em emprego público (JUSTEN FILHO, 2014, p. 912).

Dentre os serviços oferecidos na esfera pública temos a educação básica que é compreendida através do direcionamento dos conhecimentos relativos às idades, tendo

particularidades, objetivos e finalidades a serem alcançadas trazendo suas relevâncias para o meio social.

A Educação Física como parte da educação básica, possui um leque de conteúdos que advém das manifestações corpóreas nascidas do homem ao longo dos tempos. Esses conteúdos (esporte, ginástica, jogos e brincadeiras, dança e lutas) permitem que os escolares tenham a oportunidade de vivenciar e perceber diferentes possibilidades de movimento corporal (BRASIL, 1997). Neste sentido, possui um objeto de investigação específico que é o movimento humano, visando o ensino e a aprendizagem (PALMA, OLIVEIRA E PALMA, 2010).

O professor de Educação Física, por sua vez, assume um papel fundamental, sendo um elemento mediador para operacionalizar a ação criadora e inovadora, que pode ser uma importante ferramenta na formação básica, e moral para o exercício da cidadania. Facilitando a compreensão dos escolares sobre a disciplina e suas especificidades, que podem contribuir gradativamente no desenvolvimento cognitivo afetivo e motor formando assim cidadãos conscientes não só corporalmente como também conhecedor da sociedade em que vive.

Discussão

O processo seletivo para o cargo de professor de Educação Física na cidade de Caruaru acontece por meio do concurso público. Segundo Fernandes (2011), esse processo de seleção tem como objetivo selecionar pessoas para adentrar em seus quadros efetivos e ocuparem o cargo público. Foi definido pela Constituição Federal, art. 37, § II, que a seleção para preenchimento do quadro de funcionários públicos, depende da aprovação prévia de provas e provas de títulos (BRASIL, 1988, s/n).

Não acontece um concurso público para professores na cidade de Caruaru PE, desde 2009. Entretanto, em agosto de 2017 foram abertas as inscrições para o processo seletivo da Prefeitura. A seleção foi regulamentada pelo edital n.º 001/2017 e teve como objetivo a admissão temporária de servidores de níveis médio e superior, entre eles, professores. Foram abertas vagas para 190 cargos na área da educação referindo-se as escolas que foram inauguradas nos residenciais do projeto minha casa minha vida, ambos na zona rural (CARUARU, 2017).

O profissional de Educação Física é o mediador entre o aluno e a aprendizagem, a sua intervenção é indispensável visto que é dele também o papel de mostrar o caminho para a construção do conhecimento de seus alunos. É ele que irá estimular os educandos a se desenvolverem, organizando suas idéias. Antes de qualquer coisa, o profissional precisa ter consciência e engajamento com a sua prática pedagógica, sendo duas ações, determinantes no processo da aprendizagem. Freire (1996) destaca a importância do professor levar a sério a sua formação, buscando a competência profissional para que se sinta seguro no exercício da sua função. O sucesso da prática docente e a postura do professor são indissociáveis, este, deve ter total domínio e consciência de suas atitudes e formas de intervenção.

Nesse contexto, cabe destacar a lei n. 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Brasil (1996). Que definiu os níveis de qualificação para atuação docente na Educação Básica, bem como o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, lei n. 13.005, onde destacou a necessidade de formação dos professores como um dos maiores desafios a serem superados e estabeleceu metas para a ampliação da oferta de cursos de formação, em nível superior, para professores da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2014).

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação

continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (PNE, 2014)

Entendendo a importância da formação do professor e da oferta de cursos para essa formação, é interessante considerar que a Educação Física sofre influência de vários aspectos econômicos, políticos e sociais, inclusive no processo de seleção e remuneração dos professores. É reconhecido que as instalações precárias, falta de material, merenda, problemas como a violência, desvalorização profissional, entre outras inúmeras dificuldades que contribuem para agravar o desenvolvimento intelectual dos docentes, visto que novas atribuições são delegadas à escola ao longo do tempo. Como complementa Darido et.al (2006) tratando algumas das dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física por meio de um artigo original, foram encontrados problemas relacionados aos materiais didáticos, infraestrutura, problemas com alunos (indisciplina) e o baixo status da disciplina.

Analisando as exigências atribuídas ao cargo de professor nos editais dos concursos de Caruaru, percebe-se que para ser convocado o profissional deve ser capaz de “identificar, planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, desenvolver, avaliar e lecionar os conteúdos do componente curricular/disciplina” (CARUARU, 2009, p.17). Sendo necessário com isso, que o candidato esteja sempre buscando se aperfeiçoar para alcançar o seu objetivo de aprovação. Assim, os cargos podem ser ocupados pelos profissionais mais capacitados para a função. Além disso, o efetivo, por ter segurança trabalhista, pode se qualificar e se dedicar a projetos sem a preocupação com a descontinuidade, porém antes de se afastar para fazer algum curso, é necessário cumprir o período probatório que tem o prazo de três anos contando a partir da convocação por meio de portaria datada e assinada. E então o funcionário público, entra no PCC (Plano de cargos e carreiras) específico na legislação de seu município, baseado na constituição federal.

Segundo o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, onde o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira (BRASIL, 1988). No entanto certificou-se, através dos registros obtidos da Secretaria de Administração/Recursos Humanos da Prefeitura de Caruaru, que 43 pessoas tomaram posse dos cargos, onde o mesmo foi prorrogado por mais um ano e a última chamada de convocação dos professores foi em dezembro de 2008. Ademais foi identificado que o concurso de 2006, prorrogou e respeitou o artigo citado, pois segundo o edital o concurso teria duração de 01 (um) ano e poderia ser prorrogado pelo mesmo período. Porém o concurso de 2009 respeita o artigo 37 da Constituição Federal § II, de acordo com o edital, citando duração de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogar por período igual.

Considerações finais

Embora ainda existam algumas melhorias necessárias na sua aplicação, o concurso público é um processo indispensável para que se atenda o princípio da isonomia, que é obtido por meio de uma seleção que avalia os conhecimentos dos candidatos de forma objetiva, evitando assim que possam ocorrer favorecimentos pessoais.

Atendendo ao que se pede a problemática neste estudo, por intermédio do método comparativo, analisou-se o processo de seleção dos professores de Educação Física na rede municipal de ensino em Caruaru PE, a admissão na esfera pública e a importância do concurso público para que haja a efetivação do profissional.

Havendo servidores qualificados e com conhecimentos específicos sobre sua área de atuação, garante-se um serviço desempenhado de forma produtiva e eficaz, concretizando uma prestação de serviço eficiente.

Referindo-se a importância da efetivação do professor de Educação Física na educação básica, entende-se que é indispensável o papel do professor na intervenção de aprendizagem do aluno. No entanto, o profissional precisa ter comprometimento de suas ações pedagógicas que são fundamentais no processo de ensino.

Conclui-se, pelos aspectos apresentados no decorrer deste trabalho, que é possível identificar e reconhecer a importância do instituto do concurso público que oferece a possibilidade de recrutar pessoas qualificadas para melhor desempenho das funções estabelecidas por ela. Como a seleção requer conhecimentos mínimos para que haja aprovação e posterior nomeação, somente os candidatos que demonstrarem maior domínio sobre o conteúdo exigido poderão assumir os cargos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF. 2001. Disponível em: Acesso em: 30 jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2001a. Disponível em: Acesso em: 14 dez. 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Institui as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, §3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**/ Ministério da educação. 2.ed - Brasília: 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / **Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126p.**

CARUARU (Pernambuco). Prefeitura de Caruaru Concurso Publico. Prefeitura Municipal de Caruaru. **Concurso Público de Provas e Títulos:** para o provimento dos cargos de Professor 1 e Professor 2 indicados no “anexo I” deste Edital Nº002. Caruaru, 2006.14jun2006.Disponível em: <<https://www.vestcon.com.br/ft/conc/1373.pdf>>.Acesso em: 9 jan.2018

CARUARU (Pernambuco). Prefeitura de Caruaru Concurso Publico. Prefeitura Municipal de Caruaru. **Concurso Público para provimento de cargos:** de professor níveis superior e médio no âmbito poder executivo do município de Caruaru. Caruaru, 2009.09 out.2009. Disponível em:<<http://www.ipad.com.br/caruaru2009/>>.Acesso em: 9 jan. 2018

CARUARU (Pernambuco). Prefeitura Municipal de Caruaru PORTARIA CONJUNTA

SAD/SE Nº 002. Caruaru, 2017.03 ago 2017. Disponível em:

<<https://selecaosimplificadaeducacao.caruaru.pe.gov.br/ssedu>>.Acesso em: 16 jan.2018

DARIDO, Suraya Cristina et al. A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2017.

DARIDO, Suraya Cristina. et.al. **A realidade dos professores de educação física na Escola: suas dificuldades e sugestões.** 1.ed. Viçosa: [s.n.], 2006. p 109-137. 14v.

FERNANDES, Luciana Pereira. **Concurso público: legislação e fiscalização.**

Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 09 jun. 2017. Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.589231&seo=1>>. Acesso em: 18mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de licitações contratos administrativos: Lei 8,666/1993.** Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. Brasil: Malheiros editores, 2014

PALMA, A. P. T. V.; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli; PALMA, José Augusto Victoria. **Educação Física e a organização curricular**: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio. **Londrina: Eduel**, 2010.

PEREIRA, Elizabete M. de Aguiar. Professor como pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente. In: GERALDI Corinta M. Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elizabete M. de Aguiar. **Cartografias do trabalho docente**: Professor (a)- pesquisador (a). 3. Ed. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de Leitura do Brasil- ALB, 2003, p.155 a 156.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio. Educação Física numa proposta pedagógica em ciclos de aprendizagens. v. 28, n. 2. Campinas: **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, 2007. p. 85-101.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio. et.al. **Educação Física escolar: Teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica**. 2.ed. Recife: EDUPE, 2011. 240p.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio. et.al.Coletivo de Autores: A cultura corporal em questão.v. 33, n. 2. Florianópolis: **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, 2011. p. 391-411.